

visão social de mundo proletária. Mannheim fundamentava o privilégio epistemológico da *intelligentsia* eclética sobre uma decisão política pelo “centro dinâmico”; é necessário ter a honestidade de reconhecer que o privilégio cognitivo do proletariado é fundamentado também sobre uma opção, uma escolha, uma aposta racional sobre o papel histórico do proletariado. A grande vantagem de Mannheim, de um lado, e do marxismo historicista de outro sobre todas as correntes positivistas ou temperadas de positivismo é que eles não mascaram, mas têm o rigor e a franqueza de confessar seu ponto de vista social. A fraqueza relativa da posição de Mannheim com relação à posição do marxismo é que ele tem como postulados não somente a opção axiológica/política pelo “centro dinâmico” (que escapa a uma crítica ou “falsificação” científica) mas também a atribuição de um privilégio cognitivo às soluções do tipo eclético, das quais se pode demonstrar cientificamente (cf. Max Weber) a inanidade.

Que significa mais precisamente “ponto de vista do proletariado”? Não se trata necessariamente do estado de espírito empiricamente verificável no seio da massa dos trabalhadores em um momento determinado. Como, portanto, identificá-lo? Entre as diferentes correntes políticas, teóricas e científicas que o reivindicam, qual seria a expressão mais autêntica do ponto de vista da classe? Evidentemente, a resposta a estas questões contém uma dimensão inevitável de subjetividade. Em nossa opinião, as divergências entre pensadores ou forças que reivindicam o proletariado e seu ponto de vista advêm de cinco tipos diferentes de problemas:

1) A influência das ideologias burguesas ou pequeno-burguesas no seio da classe e do movimento operário, que se manifestam nas diferentes combinações ecléticas entre a visão proletária de mundo e a visão das outras classes (marxismo positivista, socialismo nacional, social-democracia etc.); 2) a existência, no seio do movimento operário e dos Estados pós-capitalistas provenientes de seu seio, de uma *burocracia* com interesses próprios e uma ideologia particular (o estalinismo); 3) As divergências que resultam da diferença dos sexos; 4) Aquelas que decorrem da diversidade de experiências históricas de cada país

ou região do mundo; 5) Os desacordos que resultam do debate inevitável na busca da verdade e que fazem parte do processo normal de conhecimento objetivo da realidade.

Em outras palavras: o ponto de vista do proletariado não é o monopólio exclusivo de um único grupo ou corrente, mas representa, em cada momento histórico, o horizonte comum a um conjunto de forças políticas e intelectuais, sociais e culturais que reivindicam a visão proletária — isto é, de sua utopia revolucionária. Seria tanto mais “autêntico” na medida em que soubesse escapar à influência mistificadora das ideologias conservadoras (burguesas, patriarcais ou burocráticas) e unificar dialeticamente (sob o ponto de vista da totalidade), em seu nível superior, a multiplicidade das experiências da classe.

Resta definir o sentido e o valor do conceito de superioridade epistemológica do ponto de vista proletário: é necessário deduzir daí que a verdade está ausente da ciência situada em uma perspectiva burguesa ou que o erro seria impossível para quem está vinculado à visão proletária de mundo? Inútil insistir sobre o caráter redutor, falso e no limite *absurdo* de uma tal conclusão. Vimos que para Marx o ponto de vista de classe e a visão social de mundo correspondente determinam um *horizonte intelectual*, os limites estruturais intransponíveis do campo de visibilidade cognitiva, o máximo de conhecimento possível a partir desta perspectiva. Não se trata de uma distinção entre “verdade” e “erro” (ou “ciência” e “ideologia”), mas entre horizontes científicos mais ou menos vastos, entre limites mais estreitos ou mais amplos da paisagem cognitiva percebida. No *interior dos limites impostos por sua ideologia de classe*, Ricardo, A. Smith ou Sismondi são perfeitamente capazes de produzir conhecimentos científicos do maior valor. De outro lado, a proposição segundo a qual o ponto de vista do proletariado é o que oferece a melhor *possibilidade objetiva* de um conhecimento da verdade não significa absolutamente que é suficiente se situar deste ponto de vista para obter resultados científicos relativamente mais verdadeiros ou mais objetivos. Estas duas reservas designam uma problemática decisiva para a *sociologia diferencial* (marxista-historicista) do conhecimento: a articulação entre o condicionamento social do pensamento e a *autonomia relativa da ciência*.

Paisagens da verdade e autonomia relativa da ciência

Comparamos várias vezes o cientista social ao pintor de uma paisagem. Ora, esta pintura depende em primeiro lugar do que o artista pode *ver*, isto é, do *observatório* de onde ele se acha situado. A metáfora topológica (que se encontra em Rosa Luxemburgo e em certas passagens de Mannheim) nos parece a mais apta para dar conta do alcance da *Standortgebundenheit* e seus limites. Mais um “mirante” ou “observatório” (isto é, um ponto de vista de classe) é elevado, mais ele permite ampliar o horizonte e perceber a paisagem em toda sua extensão; as cadeias de montanhas, os vales, os rios não conhecidos dos observatórios inferiores não se tornam visíveis senão do cume. Evidentemente, nos limites determinados por seu horizonte de visibilidade, os mirantes mais baixos permitem também ver uma parte da paisagem. Em nossa hipótese, o observatório mais alto é o ponto de vista do proletariado (pelas razões expostas no capítulo precedente); os mirantes situados em níveis inferiores correspondem aos pontos de vista das outras classes ou frações de classe, que se distinguem não somente pelas diferenças de altura mas também às vezes pelas diversidades de posições sobre uma mesma plataforma: a mesma paisagem pode ser assim percebida sob ângulos distintos e complementares (é por exemplo o caso de Ricardo e Sismondi que examinamos antes). Existe, enfim, uma parte da paisagem que é visível de todas as alturas: é a “zona de consenso” entre os diversos pontos de vista, geralmente limitado ao nível mais imediato, mais “terra-a-terra” do conhecimento (a Bastilha caiu no dia 14 de julho de 1789) etc. Esta metáfora nos parece particularmente operatória, porque ela permite também “mostrar” (de forma imaginária) que: a) não existe visão de paisagem que não esteja situada em um observatório determinado; b) a síntese ou a média exata entre os níveis superiores e inferiores não representa em nada um ponto de vista privilegiado; c) os limites estruturais do horizonte não dependem da boa ou má vontade do observador, mas da altura e da posição em que ele se encontra; d) o pintor pode passar de um mirante a outro (“livre flutuação”), mas seu horizonte de visibilidade dependerá sempre da posição em que ele se encontra em tal ou qual momento; e) o observador

situado no nível superior pode dar conta tanto dos limites como das visões verdadeiras dos níveis inferiores; f) o mirante não oferece senão a *possibilidade objetiva* de uma visão determinada da paisagem.

Esta última precisão é capital. É evidente — para ficar no quadro de nossa “alegoria do mirante” — que a paisagem como painel não depende somente do observatório mas também do próprio pintor, de sua *forma de olhar* e de sua *arte de pintar*.

A “forma de olhar”: o pintor — isto é, o cientista social — é condicionado não somente por sua posição de classe, mas também por *outras determinações*, por outras pertinências sociais *não-classistas* relativamente autônomas com relação às classes sociais: nacionalidade, geração, religião, cultura, *sexo*. Sua visão é desviada também por sua vinculação a certas categorias sociais (burocracia, estudantes, intelectuais etc.) ou a certas organizações (partidos, seitas, igrejas, círculos, confrarias, cenáculos). Mannheim teve o mérito de atrair a atenção sobre este tipo de determinantes sociais do conhecimento, apesar de não ter sabido articulá-los de forma precisa e coerente com o ponto de vista de classe. Esta contribuição permite enriquecer a sociologia crítica do conhecimento, fornecendo-lhe uma dimensão essencial e irredutível às categorias classistas habituais. Estes fatores podem tanto estimular como desviar as visões do pintor em relação a certos aspectos da paisagem que se oferece a seus olhos. Assim, uma mulher situada em um ponto de vista de classe determinado perceberá dimensões da realidade que a visão masculina, situada na mesma classe, tende a evitar (isso vale inclusive para o ponto de vista do proletariado).

O exemplo “negativo” mais surpreendente do papel destes fatores não-classistas é o da burocracia estalinista: o pintor formado neste contexto está no cume da montanha, mas provido de viseiras e de um par de binóculos deformantes que às vezes impedem toda visibilidade... Isso permite compreender o paradoxo (do ponto de vista marxista “vulgar”) de uma ciência social de inspiração “marxista-leninista” cujos resultados têm em certos casos um valor de conhecimento bem inferior ao produzido por cientistas situados em uma perspectiva burguesa.

Uma destas determinações que tem uma importância particular, na medida em que ela é comum à maior parte dos cientistas sociais, é a pertinência à *categoria social dos intelectuais*; aí também é necessário prestar contas a Mannheim e reconhecer a especificidade social desta categoria, que lhe dá uma certa eficácia própria (independentemente da origem social ou da posição de classe do intelectual). Além disso, o próprio Marx fazia referência a este fenômeno, quando se referia à separação, à distância social e cultural — “um abismo os separa” — entre a classe e seus representantes literários, políticos ou científicos (no seu exemplo, os deputados democratas e os *shopkeepers*, mas isso vale também para as outras classes). Esta distância pode ser mais ampla ou mais restrita — um dos objetivos permanentes do movimento operário revolucionário é precisamente de reduzi-la ao mínimo — mas ela não desaparecerá enquanto continuar a existir a *intelligentsia* como categoria social distinta.

Sua “arte de pintar”: a ciência (como a pintura, ou toda atividade cultural) tem sua autonomia, no sentido etimológico grego da palavra (*autonomos*: sua própria lei), isto é, seus *princípios próprios de atividade*, sua disciplina constrangedora, sua lógica interna, sua especificidade enquanto *prática que visa descobrir a verdade*. Alguns destes princípios — estes sobre os quais insistem os positivistas — são comuns a todas as ciências, especialmente: 1) a intenção-de-verdade, a busca do conhecimento como objetivo em si, a recusa de substituir este objetivo por finalidades extracientíficas. Um pintor que é contratado e pago para retratar uma paisagem em rosa não poderá, se ele aceita estas condições, pintar as verdadeiras cores que ele observa de seu mirante... Como enfatizamos antes, este princípio é em certa medida tautológico, mas isso não significa que ele seja sempre respeitado. Sua infração produziu uma figura muito especial do mundo científico (ou antes pseudocientífico) que Marx designava pelo termo infamante de *sicofanta*. É verdade que certas condições históricas e sociais favorecem a emergência de sicofantas, cujo pensamento estipendiado manifesta a mais soberba indiferença para com a busca da verdade objetiva. 2) A liberdade de discussão e de crítica, a confrontação permanente e pública das teses e interpretações científicas. Como já escrevemos, sem esta condição,

a ciência está condenada ao obscurantismo ou à unidimensionalidade (é suficiente pensar na ciência social soviética e norteamericana dos anos da guerra fria).

Outros princípios são *próprios de cada ciência*; eles estabelecem, com relação a um objeto determinado, os procedimentos que permitem a reunião, o controle, a análise e a interpretação dos dados empíricos. Estes princípios são objetivos e devem ser respeitados por todos os cientistas, qualquer que seja a sua visão social de mundo. Independentemente de seu ponto de vista de classe, o historiador sabe que ele deve poder provar suas afirmações por um certo tipo de documentos, que um testemunho isolado é insuficiente e deve ser confrontado com outros, que deve respeitar a cronologia no estudo da causalidade etc.

A “arte de pintar” remete também, na ciência como na pintura, a uma tradição cultural, um conjunto de obras, um saber acumulado que serve de ponto de partida necessário para toda produção nova.

Os trabalhos de historiadores da arte fornecem a este respeito uma clareza muito reveladora, que pode muito bem se aplicar às ciências sociais. Wolfflin já escrevia que todos os quadros devem mais a outros quadros que à observação direta. Seguindo esta indicação, Gombrich mostra em sua marcante obra *Arte e ilusão* que cada artista “lê” a realidade utilizando o “vocabulário” artístico existente: a representação “verdadeira” da natureza em uma paisagem pintada não é jamais o produto da simples observação, mas implica sempre o estudo e o conhecimento íntimo de outras obras de arte, de modelos, tradições e convenções artísticas anteriores. O próprio inovador se situa em relação a esta tradição, que procura criticar e superar, mas que lhe serve necessariamente de ponto de referência inicial.¹⁶ Para tomar um exemplo nas ciências sociais: a obra de Marx não resulta de uma “observação direta” do funcionamento das fábricas capitalistas, mas sobretudo de uma leitura e análise crítica dos principais escritos econômicos desde o século XVIII (os fisiocratas) até seus dias; ela é ao mesmo tempo uma ruptura profunda e continuidade com a tradição científica anterior, que constitui seu ponto de partida. Como o enfatiza Bourdieu, nenhuma inovação e nenhuma estratégia de

subversão ou de crítica no conhecimento do social é eficaz se não mobiliza “o capital do saber acumulado”.¹⁷

A isso se acrescenta um último determinante da autonomia relativa: as qualidades individuais do “pintor”, sua criatividade, imaginação, rigor, inteligência ou sensibilidade. Para um Max Weber, quantos espíritos medíocres, limitados, sem envergadura e sem lucidez, na sociologia burguesa? E na perspectiva aberta pela visão de mundo proletária não termos apenas Marx, mas também Jules Guesde, Turati, Hundmann etc.

A autonomia relativa da ciência social significa, portanto, isto: no interior dos limites determinados pela *Standort* social — isto é, a partir do ponto de vista de classe e a partir de uma das visões sociais de mundo que lhe corresponde (muitas visões de mundo são possíveis a partir de um mesmo ponto de vista de classe) — o valor científico de uma pesquisa pode variar consideravelmente em função de variáveis múltiplas que são independentes com relação às classes sociais. O mirante não faz senão definir uma *possibilidade objetiva de visibilidade*: a *visão efetiva* e a pintura de uma paisagem não dependem mais dele. Mas trata-se de uma autonomia *relativa* e não de uma *independência* total (como o pretende o positivismo) na medida em que o papel do horizonte de visibilidade é decisivo para a própria constituição do campo cognitivo.

Certos corolários importantes decorrem desta autonomia:

1) Inicialmente, que o dogmatismo do tipo reducionista (pretensamente marxista), que limita a ciência ao ponto de vista de classe, é incapaz de dar conta do processo real de produção do conhecimento. Em suas posições mais extremas, que vão até o ponto de fazer da verdade o apanágio de uma só classe (ou pior, de um partido considerado representante desta classe), conduz a absurdos evidentes.

2) Em seguida, que a história da ciência social se desenvolve com um certo nível de continuidade: Marx continua-crítica-supera Ricardo, e o mesmo tipo de relação dialética (*Aufhebung*) define a ligação entre Lukács e Max Weber, Gramsci e Croce, Rosa Luxemburgo e Sismondi etc. Apresentar (como o faz o marxismo positivista) o marxismo como a *ciência* da sociedade (ou da

história) simplesmente, face à qual as outras teorias (anteriores, contemporâneas e posteriores a Marx) não seriam senão “ideologias”, é uma pretensão arrogante que (como vimos) Marx não partilhava absolutamente e que torna incompreensível o tipo de relação que existe entre elas depois de um século de cientistas marxistas e não-marxistas.

3) Enfim, que a ciência situada na perspectiva mais vasta e mais totalizante — isto é, aquela vinculada à visão proletária de mundo — pode e deve ser capaz de integrar em seu “quadro” da paisagem as verdades parciais produzidas pela ciência dos níveis inferiores e mais limitados. Esta incorporação ou absorção de elementos de verdade em um conjunto estruturado e “engajado” não tem nada a ver com o ecletismo e não significa absolutamente que as oposições irreduzíveis entre visões de mundo antagônicas desapareceram. Ao integrar em sua análise certas críticas de Sismondi ao capitalismo, Marx e Rosa Luxemburgo não se tornaram mais ecléticos, e não encobriram as divergências fundamentais que os separavam deste economista que sonhava com um retorno ao passado.

Do ponto de vista de uma sociologia crítica do conhecimento, a formulação que nos parece mais interessante entre os sociólogos franceses contemporâneos é (no domínio que nos ocupa) a de Pierre Bourdieu, segundo o qual as chances de contribuir na produção da verdade dependem de dois fatores principais: “o interesse que se tem em saber e em fazer saber a verdade (ou inversamente, em ocultá-la ou ocultá-la de si) e a capacidade que se tem de produzi-la”. Em outros termos: “o sociólogo está tanto mais armado para descobrir o oculto quanto mais armado cientificamente, quando ele utiliza melhor o capital de conceitos, de métodos, de técnicas acumulado por seus predecessores, Marx, Durkheim, Weber, e como outros, é quando é mais ‘crítico’, quando a intenção consciente ou inconsciente que o anima é mais *subversiva*, quando tem mais interesse em desvendar o que é censurado, contido, no mundo social”.¹⁸

Quanto a nós, pensamos que o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo é o da última classe revolucionária, o proletariado. Mas não há dúvida de que o ponto de vista proletário não é de forma alguma uma garantia suficiente do

conhecimento da verdade social: é somente o que oferece a maior possibilidade objetiva de acesso à verdade. E isso porque a verdade é para o proletariado uma arma indispensável à sua auto-emancipação. As classes dominantes, a burguesia (e também a burocracia, em um outro contexto) têm necessidade de mentiras e ilusões para manter seu poder. Ele, o proletariado, tem necessidade de verdade...

NOTAS

1. Para um ponto de vista semelhante cf. J. M. Levy-Leblond, *Et Laphysique?* in Hilary e Steven Rose, R. Franck e J. M. Levy-Leblond, *L'ideologie dans la science*, Seuil, Paris, 1977, p. 154.
2. Ver, por exemplo, David Bloor, *Knowledge and Social Imagery*, Routledge, Londres, 1976, p. 135, e Karin D. Knorr-Cetina, "Towards a constructivist interpretation of science", in K. D. Knorr e Michael Mulkay (ed.), *Science Observed, Perspectives on the Social Studies of Science*, Sage Publications, Londres, 1983, p. 133-134.
3. Gad Freudenthal, "Wissensoziologie der Naturwissenschaften: Bedingungen und Grenzen ihrer Möglichkeit", *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderheft 22/1980, *Wissensoziologie*, p. 160.
4. *Historical Studies of Scientific Culture*, Sage Publications, Londres, 1979. Editado por Barry Barns e Steven Shapin.
5. Gad Freudenthal, comentário em *Pandore* n° 23, 1983, p. 35.
6. A ciência seria como escreveu o pensador marxista Rigoberto Lanz, "a expressão suprema do modo burguês de produção do conhecimento". R. Lanz, *Marxismo y Sociologia para una crítica de la sociologia marxista*, Ed. Fontamara, 1981, p. 161.
7. Pierre Ansart, "Toute connaissance est-elle idéologique?" em J. Duvignaud (éd.), *Sociologie de la Connaissance*, Paris, Payot, 1969, p. 42-48.
8. P. Bourdieu, *Leçon sur la Leçon*, Minuit, Paris, 1982, p. 22.
9. A. Schaff, *Histoire et Verité*, Ed. Anthropos, Paris, 1971, p. 193-194, 326.
10. Ver a este respeito nossa obra *Marxisme et romantisme révolutionnaire*, Ed. Sycamore, 1980, e Karl Mannheim, "Der Konservatismus", 1927, in *Wissensoziologie*.
11. A. Schaff, *op. cit.*, p. 314.
12. Como vimos, esta idéia é esboçada por Lucien Goldmann em 1947, mas abandonada em seguida (cf. L. Goldmann, "Le matérialisme dialectique est-il une philosophie?", 1947, in *Recherches Dialectiques*, Gallimard, Paris, 1959, p. 20, 22-23).
13. *Experimentum Mundi*, 1975, Payot, Paris, 1981, p. 25, 52.
14. Ver também G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Luchterhand, 1968, p. 243-46, e L. Goldmann, *op. cit.*, p. 17.
15. Este problema foi colocado, sob uma forma um pouco diferente por Lucien Goldmann: "A fé marxista é uma fé no futuro histórico que os próprios homens fazem, ou mais exatamente que nós devemos fazer por nossa atividade, uma 'aposta' sobre o

resultado de nossas ações... o marxismo coloca no começo de todo estudo positivo dos fatos humanos uma aposta..." Le Dieu Caché, Gallimard, 1955, p. 99.

16. E. H. Gombrich, *Art and Illusion a study in the psychology of pictorial representation*, Phaidon Press, Oxford, 1977, p. 20-21, 73-75, 264-68, 272-73. Outros autores foram atraídos para o valor dos trabalhos de Gombrich para as ciências da sociedade: ver Barry Barns, *interests and the Growth of Knowledge*, Routledge Direct Editions, Londres, 1977, p. 4-5, e Robert Nisbet, *Sociology as an Art Form*, Oxford University Press, Londres, 1977.

17. P. Bourdieu, *Questions de sociologie*, Éditions du Minuit, Paris, 1980, p. 24.

18. P. Bourdieu, *Questions de sociologie*, p. 22.